



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 04 de dezembro de 1989.

Prezado(a) Companheiro(a)

Através do presente, convocamos o(a) Companheiro(a) para participar da reunião de Assessores Comunitários da Administração popular que se realizará na próxima sexta-feira - 08/12, a partir das 9 horas, devendo se estender por todo o dia e tendo por local o auditório da SMSSS.


Como pauta para a referida reunião, apresentamos a seguinte proposta:

- 1 - Informe sobre os encaminhamentos das conclusões do seminário de relações com a comunidade.
- 2 - Avaliação e organização das rotinas de atendimento às reivindicações das comunidades.

03/01 Ainda, lembramos o(a) Companheiro(a) que, no dia a partir das 9 horas terá lugar no auditório da SMED o início da série de Seminários relacionados ao Plano Trienal, este primeiro tratará sobre o tema Democratização, cujo texto estamos encaminhando em anexo.

Consciêntes da importância dos dois eventos, desde já contamos com a presença dos companheiros.

SAUDAÇÕES

  
p/ Coordenação Comunitária  
GP - SGM

## DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Democratização da Administração Municipal é uma das propostas de maior peso político da Frente Popular e que exige maior esforço, no sentido de transformar as relações do poder público com a coletividade, contribuindo não só para inverter a lógica existente, marcadamente clientelista, demagógica e populista, mas especialmente ser um elemento impulsionador do processo de organização autônoma das massas populares.

Este processo inicia na própria organização municipal, alterando a dinâmica até então estruturada, que privilegiava os interesses dos poderes econômicos em detrimento da maioria da população. Nesse sentido, há que se promover a abertura da máquina administrativa permitindo formas de controle direto e indireto da coletividade organizada.

É importante avançar em pontos principais desta estrutura administrativa pesada e inoperante, face a demanda que cresce significativamente. Nesse sentido, há necessidade de implantar uma reforma administrativa adequada à nova realidade do executivo, que assegure a modernização de sua estrutura, e garanta a sua eficácia. Um nível melhor de informação e informatização, de forma a permitir o conhecimento, o acesso e a participação da população, é ingrediente indispensável para o sucesso da proposta de democratização da Frente Popular.

Nesse sentido, a Administração Popular através do projeto "Cidadão Fiscaliza", busca com sua implantação dar amplo acesso aos dados de interesse da população, utilizando terminais de computador distribuídos em vários pontos da cidade.

Outra premissa fundamental para o processo de democratização é a transparência das informações, que deve se dar através da própria estrutura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e não por um projeto político de uma administração. A implementação de uma política abrangente de socialização da informação atualizada a nível administrativo, deverá alterar a realidade, até então constatada, de concentrar as informações nas mãos de poucos.

Trata-se de elemento fundamental para organização da população o acesso às informações, e este deve capacitar a comunidade organizada a exercitar sua participação nos projetos da administração popular, abrindo-lhes canais de discussão que concorrerão para uma maior transparência e democratização do Governo Popular, além de ser um agente provocador da organização popular.

## A COMUNICAÇÃO DE MASSA

O acesso às informações traduz-se em diversas linhas de atuação política e administrativa. É necessário viabilizar que a população disponha de informações precisas e claras sobre seus direitos (serviços, prerrogativas, assistência, etc.) e deveres (responsabilidades, iniciativas, etc) em relação à municipalidade.

É necessário que a população tenha amplo conhecimento de todo e qualquer assunto referente à Administração, como expressão de transparência na gestão dos negócios públicos. E, também é necessário que a população e em particular o movimento popular organizado, bem como a sociedade civil em geral - conheça as posições políticas e as medidas administrativas praticadas pela Prefeitura.

A mobilização dos recursos humanos e materiais da Prefeitura, voltados para as atividades de comunicação, será orientada por uma política institucional de comunicação. Essa política deverá observar a busca da unidade, com a articulação da multiplicidade de meios que serão mobilizados e a diversificação dos públicos a serem atingidos.

Nesse sentido, a comunicação assume caráter estratégico para a sustentação política e administrativa do Governo da Administração Popular.

A implementação dessa política de comunicação será sustentada por uma base administrativa capaz de assegurar, em primeiro lugar, um discurso claro e forte da orientação da Administração Popular com um aproveitamento ótimo dos recursos materiais e humanos; em segundo lugar, que estabeleça um relacionamento politicamente elevado e produtivo com os veículos privados de comunicação de massa; e, em terceiro lugar, que proporcione meios periódicos e não periódicos sob controle exclusivo da Prefeitura, para comunicação direta com a população.

Os principais projetos apresentados pela Coordenação de Comunicação a serem desenvolvidos na área de comunicação de massa, são os seguintes:

- Projeto de reequipamento do gabinete de imprensa. Prevê investimentos no fortalecimento dos meios fotográficos, na área de redação com a sua informatização, pela adoção de micro-computadores, processadores de texto e de um "TELEFAX", para agilizar a distribuição do noticiário;
- Projeto de regularização da produção interna, através do Jornal Folha Municipal (semanal), Jornal Mural Interno e do boletim "Reporter" (mensal);
- Projeto de regularização da produção externa (população em geral). Com periodicidade semanal e tiragem de 400 mil exemplares do Jornal "Porto Alegre Agora" e informação especial através do serviço de atendimento ao público - 156;

- projeto de produção material destinado à promoções/eventos e turismo. É sugerida a instalação de uma "Comissão de Promoções e Eventos" integrada pela SMC, EPATUR, FESC, SMED e GI para prestar assessorias às Secretarias e órgãos que necessitem de apoio técnico no planejamento de qualquer natureza, além de dar pareceres sobre projetos de promoções e eventos de todas as Secretarias e órgãos.

Nesta área também se encaixam projetos relativos a divulgação dos debates do orçamento e do Plano de Governo, e sistema de planejamento merecem atenção especial. Através de um plano de divulgação interna e externa, visando ao engajamento de órgãos, entidades e comunidade.

- Projeto de ampliação dos serviços prestados nas áreas gráficas e audio-visual. Para tal, é necessário o fortalecimento da equipe de criação, desenvolvimento e produção, e implantação de uma central de serviços de produção gráfica, com investimentos no campo de equipamentos;
- Projeto de implantação de um mini-estúdio para a criação, desenvolvimento e produção de peças de áudio, bem como a aquisição e uso em condomínio, com a SMC, de estúdio de vídeo (com câmaras, ilha de edição e áudio);
- Projeto de distribuição de materiais de informação e divulgação da Prefeitura, a ser feita por equipe especializada, para qualquer tipo de público, em caráter municipal, estadual e nacional.

#### A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Outra forma de encaminhar a democratização do Executivo Municipal é através da criação de estrutura administrativas descentralizadas, que estabeleçam uma maior aproximação com a comunidade, propiciando um atendimento competente e organizado.

Foi tentando buscar respostas a este objetivo que esta Administração instituiu, ainda no início de seu governo, a Comissão de Descentralização Administrativa integrando vários órgãos do Município, cujos resultados de seu trabalho estão sendo incorporados ao Plano Trienal, e deverão fazer parte de seus projetos prioritários.

Trata-se de descentralizar com um programa de franca conotação política (não partidária), tendo por função viabilizar e implantar canais efetivos de comunicação entre a Administração e a população, repassando a esta o poder de interferir nos programas a serem levados em sua área de implantação, sejam estes emergenciais ou programas de maior duração.

Dentro deste espírito o Plano Trienal contempla como um de seus projetos prioritários:

**Projeto de Descentralização Político Administrativa para o Município de Porto Alegre**

Neste projeto, a proposta política de descentralização não deve ficar limitada apenas à idéia de implantação de serviços em escritórios regionais, com a finalidade de atender uma dada área, mas dever ter um caráter mais amplo que norteie a atuação nos órgãos municipais e da Administração como um todo.

A centralização das atividades sempre foi a postura adotada ao longo dos anos, concorrendo para que a máquina pública se tornasse corporativa e anacrônica. Os estudos, o planejamento e as decisões das ações públicas nos mais variados setores da Administração estiveram, na maioria das vezes, vinculados aos gabinetes, com um mínimo de contato com a realidade, tendo como base de dados as informações secundárias.

É indispensável que se estabeleça uma relação muito estreita entre os órgãos a nível central, com a descentralização político-administrativa. As atividades relativas ao planejamento da cidade é o exemplo mais concreto de ser explicitado, pois tem reflexos direto sobre o município e sua população, quer nas questões do uso do solo, de regularização de vilas de subabitação, da previsão dos equipamentos, do Plano Diretor, bem como do próprio orçamento. Dentro desse raciocínio outros setores da Administração poderão perfeitamente se enquadrar nesta orientação, como é o caso do meio ambiente, saúde, educação e outros.

A descentralização tem o mérito de contribuir para a articulação das entidades e forças políticas locais, além de estabelecer um canal para elaborar uma política regional, respeitando seus valores e propondo soluções a partir da realidade efetiva.

A relação dos projetos, que se vinculam a atividade de Planejamento explicitados neste plano, são os seguintes:

- Planejamento Aberto;
- Escritórios Comunitários em Vilas;
- Projeto de Discussão com a Comunidade do modelo do Sistema Municipal de Planejamento;
- Revisão do Plano Diretor: Interpretação e Discussão de novas propostas por Regiões.

A primeira medida de encaminhamento mais globalizante e descentralizado da Administração da Frente Popular, ocorreu ainda este ano, com a experiência inicial de discussão do orçamento, ampliando à comunidade organizada o espaço para o exercício da cidadania, e buscando também a superação do particularismo, do enfoque pontual e corporativo.

A participação do movimento organizado ocorreu inicialmente em 5 grandes regiões definidas, juntamente com representantes de embriões de conselhos populares, estendendo-se esta discussão para áreas menores, posteriormente denominadas micro-regiões. Este processo de participação contou com as seguintes etapas: levantamento das prioridades das regiões, consolidação e hierarquização das prioridades do Município, ajustes das obras prioritárias do governo e aquelas eleitas pela coletividade, proposta de acompanhamento junto ao poder legislativo e proposta de acompanhamento da execução orçamentária.

O orçamento aberto é uma das grandes marcas desta Administração que, através da implantação do processo de discussão, deverá garantir este direito para a prática da sociedade civil organizada incorporar, como um de seus papéis mais importantes de conquista da cidadania. A concretização desta proposta no Plano de Governo se dará através do:

- Projeto de orçamento com participação comunitária.

Outra iniciativa que deve merecer destaque, o projeto S.O.S. A Administração da Frente Popular, quando assumiu o Governo Municipal de Porto Alegre, encontrou a falta de recursos para investimento na conservação da cidade. Para superar esta dificuldade, foi criado o Projeto S.O.S, com o objetivo de prestar serviços, num curto espaço de tempo, em diversas áreas da cidade, sempre como premissa básica a participação do Movimento Comunitário Organizado, na elaboração do Projeto.

Com vistas a integrar e regularizar as ações, buscou-se através do Projeto S.O.S a inter-relação entre as Secretarias e Departamentos da Administração Popular. Este foi o ponto alto deste projeto, na medida em que procurou alterar a dinâmica de funcionamento dos órgãos Municipais, mais habituados ao cumprimento de atividades isoladas.

A participação dos movimentos Comunitários Organizados, ocorre na hierarquização dos problemas comuns de cada área urbana, em específico, bem como elemento fiscalizador dos atos do Executivo.

A implantação até agora da experiência em 6 regiões da cidade, atendendo a situações emergenciais, tem mostrado que este projeto é um instrumento político importante para o avanço da organização popular, na busca de uma melhor qualidade de vida.

O projeto S.O.S Porto Alegre, apresenta uma proposta de recuperação da cidadania, resgatando o processo pedagógico-social na busca da conscientização da preservação dos bens públicos, na conservação do meio ambiente, na prevenção dos problemas de saúde e no regate do lazer, da cultura e da Recreação.

As funções, hoje, desempenhadas pelo Projeto S.O.S deverão ser absorvidas pelas unidades regionais, na medida em que forem implantadas pelo Programa de Descentralização Administrativa.

Por outro lado, é comum encontrar em vários setores da Administração, duplicidade de serviços implantados como carpintarias, oficinas, marcenarias, e outros, criados para atender necessidades específicas dos órgãos, funcionando na maioria das vezes com ociosidade. Deverá ser também função da descentralização, promover a unificação, a integração e a racionalização dos serviços públicos, através da ação global e convergente dos vários órgãos municipais.

O Plano Trienal responderá a esta questão incluindo o seguinte projeto:

- Projeto de unificação e racionalização dos serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A dinâmica do funcionamento da Prefeitura, por longos anos sempre se caracterizou por uma situação em que se evidenciava pouca ou nenhuma integração entre seus órgãos. Os reflexos disto, podem ser constatados quando se analisa as ações desconcentradas, especialmente de órgãos responsáveis pela execução de serviços. As áreas geográficas de atuação (capatazias, zonais, seções) de órgãos como: SMAM, DEP, DMAE, SMOV, DMLU, nada tem em comum, no que se refere a delimitação física, sendo formados através de critérios próprios. Buscando integrar estas áreas às regiões Político-Administrativas da Descentralização, o presente plano propõe:

- Projeto de delimitação das áreas físico territoriais de descentralização de serviços dos órgãos fins.

Por sua vez, a descentralização guarda estreita relação com a regionalização, e esta só deve ser proposta contando com a participação da população através do movimento organizado, como também, deve considerar alguns pré-requisitos básicos, tais como: tipo e caracterização da demanda, população, acessibilidade e outros.

A regionalização das áreas administrativas, deverá privilegiar as articulações regionais existentes, no sentido de inseri-las na formação da região político-administrativa a ser definida, e ainda, priorizando a implantação dos escritórios regionais naqueles locais onde o movimento comunitário for mais atuante e organizado, com o desenvolvimento do seguinte projeto:

- Projeto de Racionalização Geo-Política da Cidade.

O Programa de Descentralização deve ser entendido como um programa a ser implantado gradativamente, ampliando-se na medida direta da recuperação das condições da Administração Central. Por esta razão, ainda neste ano ficará a cargo das unidades descentralizadas o atendimento das demandas mais imediatas e diretas, que não requeiram grandes recursos ou mobilização demasiada de equipamentos e máquinas.

Após esta medida inicial de funcionamento nos escritórios regionais da zona sul e zona norte, será adotada uma nova sistemática para qual se torna indispensável, o encaminhamento paralelamente da Reforma Administrativa.

Os escritórios regionais, além de manter uma integração das atividades de médio e longo prazo com os órgãos fins, deverá concentrar as atividades desenvolvidas a curto prazo, ficando sob responsabilidade da unidade descentralizada: a programação destes serviços, de acordo com prioridades estabelecidas junto com a população. Para viabilizar a atuação eficiente destas estruturas descentralizadas, deverá ser feito o detalhamento desta proposta através do:

- Projeto de instalação dos escritórios regionais.

Outros temas deverão ser definidos pela comissão de descentralização político-administrativa, que deverão ser absorvidos por este Plano Trienal, e que no momento estão em fase de definição pela equipe, encarregada de elaborar o projeto global para o Município. Fazem parte do rol de temas a definição de número de regiões, o programa de necessidades dos escritórios regionais referentes a pessoal, recursos materiais e financeiros, critérios para localização das unidades descentralizadas e outros.

## CONSELHOS MUNICIPAIS

As Administrações que antecederam a Frente Popular caracterizaram-se pela tentativa de transformar o movimento popular em apêndices do Executivo, induzindo-o de certa forma a uma postura corporativa, bem como reduzindo-lhe possibilidade de elevação da consciência política. Mais especificamente, as ações destes governos limitaram o movimento comunitário com medidas formalizadoras através da institucionalização da participação da comunidade.

Esta institucionalização mostrou-se de maneira clara como a Lei Complementar 43/79, que trata do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, instituindo a participação comunitária em dois níveis. O primeiro, através da inclusão de quatro representantes comunitários no Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (CMPDDU) - órgão de assessoramento do Executivo, que tem como função dar parecer nos processos administrativos, em especial, naqueles casos omissos na Legislação Urbanística. O segundo nível, é de consulta à comunidade nos processos administrativos, que tenham por finalidade a instalação de equipamentos urbanos e loteamentos nas unidades territoriais de planejamento.



Os Conselhos Populares com autonomia e independência do poder público; como espaço de discussão, definição de alternativas e políticas de administração municipal, é meta prioritária desta gestão, enunciando-se no Plano Trienal com:

- Projeto de incentivo e apoio dos Conselhos Populares;
- Projeto de participação comunitária.

Entretanto, não compete ao Governo Municipal impor modelos pré-estabelecidos para os Conselhos Populares, pois sua concretização deve ser fruto da discussão, da decisão e da iniciativa da comunidade portoalegrense. O papel da administração da Frente Popular será de apoiar e estimular às organizações populares a se constituírem conselhos, reconhecendo e valorizando às entidades comunitárias existentes, possibilitando-lhes acesso às informações e garantindo sua participação nas questões relativas à gestão da cidade. O apoio e estímulo a ser dado pela Administração não deve se caracterizar de forma passiva, esperando que o movimento tome consciência da proposta e se organize, mas deve se expressar de forma a provocar, instigar, e tensionar o movimento popular naquelas questões que exijam sua participação efetiva, e cujos resultados são o bem comum coletivo. Nesse sentido, os grandes projetos políticos desta Administração devem estar diretamente vinculados com o movimento organizado, na sua discussão ou execução, para que se crie condições para a democratização da administração, possibilitando um saldo organizativo no movimento popular e consolidando a base social desta Administração.

É importante que a constituição dos conselhos tenha uma área territorial definida, com critérios e limites estabelecidos pelas entidades comunitárias e moradores que o compõem.

Conforme já foi exposto anteriormente, quando se tratou da descentralização, os movimentos organizados ou articulações regionais terão uma função importante nas regiões político-administrativas da abrangência das unidades descentralizadas (escritórios regionais). Portanto, as áreas territoriais (micro-regiões) dos conselhos populares serão espaços integrantes da grande região administrativa, tendo participação destacada na discussão, encaminhamentos e decisões de seus principais assuntos.

Os Conselhos Populares deverão contar com a participação de todos os segmentos da população, definir prioridades político-administrativas à nível de região e município; decidir sobre proposta de orçamento; encaminhar reivindicações e fiscalizar as ações do município; deliberar sobre as questões de uso do solo, estabelecimento de políticas e instalação de equipamentos urbanos nas áreas da educação, saúde, lazer, transporte e infra-estrutura, e outras questões, inclusive as que extrapolam os limites do Município.

Muitos caminhos ainda deverão ser percorridos na busca deste objetivo e necessário se torna a criação de programas que promovam o desenvolvimento e organização da comunidade, em todos os setores de sua vida, possibilitando-lhe o crescimento sócio-político.

A organização dos Conselhos Populares é uma tarefa difícil de conquista do direito à cidade e cidadania. Não deverá ocorrer a curto prazo, dada a configuração ainda muito incipiente do Movimento Popular em Porto Alegre. É um assunto ainda em aberto na atual administração, que carece de um maior grau de discussão e definições para o seu tensionamento.

#### FÓRUM DE CONSULTAS

A implementação de uma política de caráter democrático e popular no âmbito do Município, exige a criação de mecanismos formais e a adoção de métodos que correspondam à perspectiva de democratização da máquina pública, em consonância com o fortalecimento da autonomia das organizações populares.

Entre outras formas, a Administração Popular aponta os Conselhos Populares como organizações de maior significado para cumprir este objetivo. No plano "ideal" os Conselhos Populares de caráter regional que tenderiam a superação do corporativismo e da fragmentação dos movimentos sociais - elegeriam um Conselho Geral da cidade. Este passaria a representar a síntese político-prática do campo popular no âmbito do município. Assim, o processo de consultas, negociação e prestação de contas da gestão democrática passaria, entre outros, por estes canais em movimentos "micro" (Conselhos Populares Regionais) e "macro" (Conselho Geral) conforme o assunto e a dinâmica do processo.

A inexistência de uma situação semelhante a esta, mostra as relações entre o poder público e as entidades do movimento popular, com um quadro de dispersão, inorganicidade e corporativismo no movimento popular. Este quadro limitado por um lado pela inexistência de um projeto global de permeabilidade à participação popular na Administração e, por outro, pela reprodução espontânea do corporativismo atomizado do movimento popular, gesta e mantém momentos de "não-educação" das massas, com desdobramentos que debilitam a construção dos sujeitos sociais históricos.

Por outro lado, a ausência de um "forum" do campo popular que estabeleça o contraponto com o poder público municipal, faz com que não se leve até as "últimas consequências" o método democrático de gestão. E isso é plenamente comprovado quando verificamos que o que tem prevalecido são as assembleias de "última hora" para decidir sobre assuntos importantes, como os transportes, por exemplo. Em função disso, propõe-se:

- Projeto Fórum de Consulta Popular;

O Forum de Consultas, sem pretender representar a "tábua de salvação" e, mesmo que provisoriamente, poderá desempenhar um importante papel de unificador do movimento popular, na construção de uma relação mais qualificada e política e organizamente deste com a Administração Popular. Através do Forum serão travadas discussões globais como o orçamento (acompanhamento da aplicação e pressão sobre o Legislativo), a lei Orgânica, Plano de Governo, Transporte, Gualba Vive, Lei dos Conselhos Municipais, construção dos Conselhos Populares, e outros.

Por último, podemos dizer que o Forum é uma forma de imprimir uma dinâmica mais orgânica e permanente com a base social organizada da Administração Popular.

O Forum de Consultas será composto por representantes das entidades gerais e de base do movimento popular, sindical, comunitário, ecológico, feminino, entre outros.